



CENTRO DE ESTUDOS
AFRICANOS

A FORMAÇÃO DA
ELITE POLÍTICA NA
GUINÉ-BISSAU

Carlos Cardoso

CEA - Centro de Estudos Africanos
ISCTE - Instituto das Ciências do Trabalho e da Empresa,
Avenida das Forças Armadas, Edifício ISCTE, Sala 2N17
1649-026 Lisboa - Portugal
Tel: (+351) 21 790 30 67 | Fax: (+351) 21 795 53 61
URL: <http://cea.iscte.pt> | Email: cea@iscte.pt

A FORMAÇÃO DA ELITE POLÍTICA NA GUINÉ – BISSAU¹

Carlos Cardoso

INTRODUÇÃO.....	1
A. À PROCURA DE UM QUADRO DE ANÁLISE	2
1. As abordagens teóricas.....	2
2. As elites nos Estudos Africanos.....	4
3. Da importância do estudo das elites na Guiné-Bissau.....	6
B. A FORMAÇÃO DA ELITE POLÍTICA NA GUINÉ-BISSAU	10
1. Revisitando a história da elite política guineense.....	10
2. A luta pela independência e a formação e reconstituição da elite política	15
3. A formação da elite política na fase pós-colonial.....	18
4. Transição liberal e renovação da elite política.....	20
5. Renovação da elite política	24
BIBLIOGRAFIA	29

INTRODUÇÃO

As abordagens das sociedades africanas e das transformações sociais que nelas ocorrem têm sido perturbadas pela alienação a um tipo de análise que, em vez de privilegiar a compreensão do que realmente acontece, tem-se esforçado em vincular estas mesmas abordagens a teorias e conceptualizações formalmente reconhecidas, numa teimosa tentativa de legitimação do que sobre elas teriam escrito as ciências sociais ocidentais ou outras análises estabelecidas. Neste esforço, são-nos impostas citações fabricadas em função daquilo que, próximo do objecto de análise, teriam dito os clássicos ou os “mais autorizados”, sobrecarregando os textos e tornando-os menos inteligíveis aos não especialistas, criando constrangimentos à própria análise que, em última instância, assumem a forma de uma camisa-de-forças a um real desenvolvimento do *métier* de investigador.

Menos preocupado com esta legitimação, e na esteira do que tem vindo a ser definido pelo projecto “Constituição do espaço político nos PALOP” como o seu principal objecto de pesquisa, o presente trabalho pretende analisar a formação e reconstituição da elite política guineense, tentando pôr em evidência os momentos de continuidade e de ruptura que marcaram este processo e privilegiando uma perspectiva histórica tanto quanto possível, centrada no que aconteceu de relevante no espaço político guineense desde a segunda metade do século XIX, passando pelo período colonial (1889-1974) e culminando no chamado processo de transição democrática.

No que toca a este último período, partimos do pressuposto de que o processo designado

¹ Texto elaborado graças ao apoio financeiro da FCT e do FSE no âmbito do III Quadro Comunitário de Apoio.

por transição democrática terá interferido com as estruturas e instituições do Estado, mas igualmente com os actores sociais, nomeadamente com o papel que cada um vem desempenhando ou tentando desempenhar neste contexto em mutação, que entre outras questões, coloca a interrogação se a sociedade caminha inexoravelmente para uma cada vez maior democratização, naquilo que é entendido por alguns dos seus teóricos como um incessante movimento de "ascensão" pelos diferentes "degraus" da democracia, ou se ela, mesmo tendo passado pela alternância do poder, ainda se encontra num processo caracterizado por crises políticas e por uma certa nebulosidade.

Este trabalho é composto essencialmente por duas partes. A primeira, mais teórica, será uma tentativa de definição de um quadro de análise, através de uma breve incursão no que em relação à África de mais relevante se escreveu sobre as elites em geral e a elite política em particular. É igualmente nesta parte que tentaremos fornecer alguns elementos que apelam para a necessidade e a pertinência de um estudo das elites na África contemporânea. A segunda parte propõe-se fazer um mapeamento do que de mais saliente se terá passado no espaço político guineense, recuando na história para compreender a génese da constituição de elites e da elite política em particular, antes de abordar especificamente a problemática da recomposição da mesma, numa tentativa de introduzir o leitor nas questões que se colocam no espaço político guineense e, ao mesmo tempo, ligar a problemática da formação e recomposição da elite política com a problemática mais geral de constituição e reconstituição do espaço político.

A. À PROCURA DE UM QUADRO DE ANÁLISE

1. As abordagens teóricas

A abordagem que pretendemos adoptar aproxima-nos do paradigma da escolha racional ou da interacção estratégica, que postula que as variáveis políticas contam mais do que as outras para a compreensão dos processos de transição, isto é, que a "abertura" ou a liberalização dos regimes autoritários se torna incompreensível sem um olhar sobre a luta travada entre os diversos grupos e facções no seio do Estado. O mesmo paradigma considera que as transições democráticas são situações de anormalidade, onde a acção estratégica das elites, o talento, a habilidade política dos líderes, são decisivos para pensar o momento da mudança do regime e compreender as divergências de trajectória².

Há, porém, uma nuance que nos distancia deste paradigma, nomeadamente o facto de considerarmos que apesar de as elites jogarem um papel importante no processo de transição, delas não dependerem exclusivamente as mudanças sociais. O confronto entre interesses de facções diversas da elite política é certamente um elemento importante a ter em conta na análise do movimento das sociedades. Apesar disso, não nos parece corresponder à realidade dos factos a tese segundo a qual as massas seriam simples destinatárias das orientações da elite, a espectadora dos seus combates, como

² Ver por exemplo a interpretação que faz A. Stepan da transição brasileira. Segundo este autor, as razões da queda do regime militar do Presidente Geisel devem ser procuradas nas suas contradições políticas internas, na vontade de uma facção das forças armadas de encontrar na sociedade civil aliados para contrariar a influência crescente dos serviços de informação (SNI) no seio do Estado (Stepan, 1988).

afirma Marques Bessa (Bessa, 1993: 206). A acção das elites só se torna efectiva quando ela reflecte ou na medida em que for capaz de interessar as massas.

O porquê da transição só pode, aliás, ser encontrado numa abordagem que, sem abandonar a dimensão política, integre os outros factores tais como a crise social, a actuação doutras forças sociais não elitistas, nomeadamente os movimentos sociais e/ou de massas, e tenda a recolocar no centro das análises as estruturas, as macro-variáveis de ordem cultural, económica ou social, tal como fizeram alguns teóricos das transições (d'Almond, D. Lermer e Eisenstadt).

Quanto a nós, mais do que ficar preso a esta caracterização, importa, para lá de uma compreensão do contexto em que se insere esta liderança africana, tanto do ponto de vista interno (nacional e continental) como do ponto de vista externo (mundial), analisar a dinâmica e as motivações imanentes à mudança de atitude e das representações mentais destas elites. Tanto mais que os estudos sobre as lideranças africanas têm privilegiado o que T. Bakary caracterizou como a "abordagem institucional" dos novos Estados (sistemas políticos, partidos e forças políticas, etc.).

Compreender as sociedades africanas a partir de uma análise da estruturação do político, parece ser fundamental, se partirmos do princípio de que uma análise sociológica em termos de classe, embora pertinente em alguns casos, é insuficiente para captar a complexidade das relações sociais em geral e das relações políticas em particular. Há inclusivamente vezes a opinarem que, do ponto de vista metodológico, a análise das elites rompe directamente com o funcionamento esperado do motor histórico do materialismo dialéctico, a conhecida e insaniável oposição entre detentores dos meios de produção e a massa privada dessa propriedade (Bessa, 1993). A complexidade da hierarquização social requer por isso uma conceptualização menos dicotómica do que aquela proposta pelos clássicos do marxismo.

No caso da Guiné-Bissau, ao lado de uma pouco desenvolvida estratificação assente na propriedade dos meios de produção, há uma diferenciação dos cidadãos que se fundamenta na capacidade de influenciar as decisões políticas, na detenção de um capital social e/ou de conhecimento, de educação /formação, de prestígio e de *status*. Por outro lado, embora os que detêm os meios de produção tendam a ser os mais ricos e a exercer maior influência nas tomadas de decisão, não é obrigatório que, em última análise, constituam a elite de poder. Como dizia T. Bakary "on sait que dans le contexte africain moderne, la propriété des moyens de production, l'exploitation du travail d'autrui et l'exercice du pouvoir ne coïncident que très rarement" (Bakary, 1990: 27). Max Weber mostrou que como fundamento ou base do poder político, a posse dos meios de administração ou de governação pode bem constituir uma alternativa à propriedade dos meios de produção. E isto é particularmente significativo em África. Consequentemente, ao lado do poder económico, existe um poder político e um poder social que se exprimem em termos de estatuto e de prestígio, e que estão cada vez mais ligados ao desenvolvimento de grandes burocracias hierarquizadas controlando o Estado e ocultando a luta de classes. Este facto não exclui a influência dos mais ricos nas tomadas de decisão e muito menos a realização de alianças que, ao que tudo indica, existem de facto e são constantemente renovadas.

Segundo Bakary, definir elite em termos de rendimento ou de riqueza, de instrução, de classes, de estatutos, de prestígio, de superioridade, etc., parece também insuficiente no

contexto africano. Ele não explica, porém, quais são os critérios a partir dos quais se deve definir a elite. Se estes termos se revelam insuficientes para definir elite *tout court*, mais insuficientes se tornam para definir a elite política.

A pergunta que se pode colocar neste contexto é a partir de que critérios, se pode, definir a elite política em África? Antes porém de passarmos a responder a esta questão, vejamos como evoluíram os estudos africanos no que concerne à problemática das elites.

2. As elites nos Estudos Africanos

Os primeiros estudos sobre as elites na África subsahariana datam dos anos quarenta. Mas investimento maior neste campo situa-se num período pouco antes e pouco depois das independências, entre os meados dos anos 50 e inícios dos anos 60. Este período parece ter sido muito curto, pois após uma época bastante profícua em termos de produção de conceitos, os estudos sobre as elites rarificaram-se em proveito doutras temáticas, tais como a de "construção nacional", "modernização", "desenvolvimento político", "partido único", "golpes de Estado militares", "islão", "modos de acção populares", o Estado, etc. (Bakary, 1990). Foi necessário passar mais de duas décadas para que fossem retomados.

Segundo T. Bakary, aproximadamente meio século após a publicação dos primeiros trabalhos, pareceu oportuno interessar-se de novo pelas mulheres e pelos homens que dirigem os Estados independentes. Desde essa data, surgiram vários trabalhos sobre os líderes africanos³. A obra de J.F. Bayart sobre o patrimonialismo ou a "politique du ventre" pode ser entendido, num certo sentido, como um revisitar de propostas para a compreensão do comportamento da elite africana e, nesta perspectiva, uma espécie de síntese do que até aqui se tinha escrito sobre os dirigentes africanos⁴. Porém, simultaneamente, as referências sobre os líderes africanos parecem ter atingido um novo impasse com esta obra⁵. Desde esta data parece ter-se tornado pertinente a questão de saber se esta caracterização é suficientemente precisa e abrangente para compreender os traços marcantes, o comportamento, as alianças e as conflitualidades da elite política africana.

Por outro lado, alguns dos estudos políticos que surgiram nesta perspectiva tendem a abordar o político "par le bas", dando ênfase à sociedade "civil", aos "modos de acção populares", ou aos "movimentos sociais". Embora reconhecendo que o essencial se joga num plano intermediário que separa a cultura de elite da das classes populares, estes estudos tendem a abandonar "uma abordagem do alto" como se os conhecimentos sobre o "baixo" se bastassem a si mesmos, ou, em qualquer dos casos, como se um estudo desta natureza tivesse um maior valor heurístico. Acrescente-se que, numa boa parte dos casos, quando este "alto" é abordado, é essencialmente numa perspectiva jornalística, engrossando o número de publicações mono e auto-biográficas sobre os dirigentes

³ Ver T. Bakary, 1990.

⁴ Esta interpretação em nada invalida o propósito do autor em fornecer uma compreensão mais refinada da trajectória do político e do Estado, uma trajectória que ele considera específica, sem dúvida, face às experiênciasocidentais ou asiáticas do poder, mas de uma especificidade de natureza estritamente histórica.

⁵ Trata-se da obra de J.-F. Bayart, *L'Etat en Afrique: la politique du ventre*, Paris, Fayard, 1989

africanos⁶.

De uma maneira geral, a maior parte dos estudos consagrados às elites em África tem-se contentado em analisar as suas condições de emergência e as suas características (idade, sexo, origens social e geográfica, nível de educação, profissão, etc.), tudo coisas relativamente bem conhecidas⁷. Muito frequentemente, negligenciando uma perspectiva histórica, estes trabalhos ignoram ou não tomam em consideração a transformação das elites, não medem as consequências a todos os níveis da presença no poder (qualquer que seja a duração) de um pessoal político determinado e muito raramente tem uma dimensão comparativa. Ora é isso que se propôs fazer H. D. Lasswell num trabalho publicado há mais de quatro décadas, mas que nos parece poder servir de exemplo no quadro desta pesquisa⁸.

Tal como Lasswell, Bakary está convencido de que as mudanças na composição das elites, as suas características e as suas estruturas podem fornecer elementos de explicação e de compreensão da história de um país, mesmo se as relações entre transformação das elites e as mutações sociais, no sentido largo do termo, são muito complexas. Segundo este autor, a dimensão comparativa aparenta ser de grande interesse. Os resultados de pesquisa levados a cabo em países medianamente ou fortemente instáveis ou estáveis, de colonização britânica, francesa ou portuguesa, permitirão confirmar ou infirmar certas observações e constituirão contribuições importantes não somente ao estudo das elite em geral, mas também aos Estados africanos, incluindo a Guiné-Bissau.

Ao longo dos anos 90 houve um novo despertar de interesse pelo estudo das elites africanas. Após ter dissertado abundantemente sobre o Estado, a resistência das sociedades e as transições democráticas, a comunidade científica tomou consciência da necessidade de abordar o político na África subsahariana a partir deste ângulo. Por exemplo, numa publicação recente⁹, uma equipa de académicos sob a direcção de J. P. Daloz privilegiou uma problemática que pôs o acento sobre a renovação das elites, explorando duas pistas: uma de natureza quantitativa, visando medir a importância da renovação efectiva do pessoal político que circula na cimeira (membros do governo, das assembleias, *entourages* presidenciais em alguns países) e outra mais qualitativa, ambicionando apreender eventuais mutações em matéria de estilo de *leadership*.

Segundo Daloz, para compreender as razões da não renovação das elites políticas africanas, é preciso saber passar do estudo da elite (dos detentores do poder) ao do *leadership* (quer dizer ao das suas relações, interacções, com o resto da população). "Il s'agit d'ailleurs là d'une tendance majeure de la littérature politologique consacrée aux élites, qui se justifie tout particulièrement a notre avis en ce qui concerne l'Afrique subsaharienne" (Daloz, 1999:23). A questão suscitada pelo trabalho de Daloz é de saber se pode haver democratização sem a emergência de uma nova elite política democrática, socializada segundo valores específicos, ou se um tal empreendimento pode resultar apenas da reciclagem das elites pré-existentes, que são portadoras da concepção de um

⁶ A nível dos PALOP continua a saber-se muito pouco sobre as elites políticas. Para além dos trabalhos publicados de Cláudio Furtado em relação a Cabo Verde e de Dalila Mateus em relação á FRELIMO, MPLA e PAIGC, bem como o de Christine Messiant sobre as elites angolanas, pouco mais se pode encontrar sobre a liderança política nestes países.

⁷ T. Bakary, *op. cit.*, p.6.

⁸ Ver Lasswell et al, 1952.

⁹ Ver J. P Daloz, 1999.

Estado pós-colonial autoritário e desconfiado em relação a qualquer alargamento da participação política.

Num outro trabalho, adoptando uma terminologia de Guy Hermet, Daloz distingue duas categorias de democratas: os "democratas por simples conveniência" e os "democratas por convicção", e faz ressaltar o que ele considera o paradoxo de Hermet, que consiste no seguinte: os democratas por conveniência - os convertidos de última da hora - podem fazer melhor figura do que os democratas convencidos - os da oposição dignos deste nome. Segundo ainda o relato do autor, isto aconteceu nos anos 70 em Madrid e repetiu-se nos casos da Rússia e da Hungria com Boris Ieltsin e Karoly Grosz. Daloz considera que o mesmo modelo pode ser encontrado nas transições democráticas que ocorreram em África¹⁰.

A vaga de democratização revelou que o sucesso da democratização se deve e/ou se devera à mudança de comportamento da elite dirigente. A constatação em si não é nova. O que importa porém é compreender porque estas mudanças tardam a chegar. É por estas razões que, partindo da *teoria elitista da democracia*¹¹; nos propomos analisar o papel da elite nas nestas transformações sociais.

Num outro registo, M. Diouf parte da definição de liberalização para chegar à tese da necessidade de um estudo sobre as elites. Considera que a definição mais conhecida de liberalização é a de O'Donnell e de Schmitter¹² que advogam que ela é o processo que consiste em tornar efectivos certos direitos que protegem tanto os particulares como os grupos sociais em relação a actos arbitrários ou legais praticados pelo Estado ou por terceiros. Diouf é da opinião de que esta definição, adaptada à situação africana, tal como o fazem Bratton e Van der Walle¹³, nos conduz à constatação de que a liberalização se produz a partir do momento em que uma elite dirigente acorda direitos civis ou políticos antes sonnegados, ou alarga o alcance destes direitos cívicos ou políticos dos quais a comunidade já gozava. A partir destas definições, Diouf coloca todo um conjunto de questões relativas à democratização e à liberalização, concluindo que uma coisa é certa neste questionamento: a absoluta necessidade de, na sequência dos movimentos sociais, testar as teses relativas ao papel das elites na produção das situações de liberalização e de democratização. Para responder a estas questões, seria necessário, segundo este autor, após ter desenhado o percurso histórico das pessoas dirigentes e/ou influentes nas sociedades africanas, proceder a identificação das elites africanas.

3. Da importância do estudo das elites na Guiné-Bissau

O projecto de pesquisa que nos propusemos implementar nasceu de uma contemplação e de uma constatação banal: o papel extraordinariamente dinâmico, pelo menos na

¹⁰ Cfr. Daloz, 1997 e também Guy Hermet, 1993:138.

¹¹ Por esta entende-se a conciliação do facto democrático e a visão elitista da estrutura social. Ela foi explicitada por Alexis Tocqueville, que preconiza a governação dos melhores como uma escolha clarividente das massas que antecipadamente receberam uma preparação, e por Max Weber que considera que o regime democrático deve pre-munir-se da passividade do eleitorado através da constituição de uma elite política.

¹² Citados segundo Diouf, 1998: 10.

¹³ Diouf, *Op. cit.*, p. 10.

aparência, que um grupo de indivíduos jogou na história recente, e continua a jogar nos processos sociais e políticos em curso. Aparentemente, as características de organização, a postura e, principalmente, a consciência política deste grupo de pessoas que organizou e dirigiu o processo da luta pela independência constituíram-se em factores que não só determinaram as variáveis essenciais dos novos Estados africanos, mas continuam igualmente a influir no desenvolvimento político recente destes países.

No caso da Guiné-Bissau, e tal como foi analisada por Amílcar Cabral, a camada que assumiu esta missão histórica foi uma facção da pequena burguesia, que não só era consciente dos seus interesses e da sua situação, como também foi capaz de organizar a luta. Esta mesma camada que emergiu ainda na época colonial revelou-se à altura de dirigir o processo político de descolonização, mas foi incapaz de conduzir o país ao desenvolvimento social e económico, ao mesmo tempo em que continua a não dar provas de capacidade para se democratizar e democratizar o país. Mas uma parte dela afirma-se como o núcleo sobrevivente que durante mais de três décadas usurpou o poder político. Terá este núcleo sofrido metamorfoses (quais?) ou terá ele sido "substituído" por uma outra camada? Em caso de ela ter sido "ultrapassada", quais serão as características do novo grupo emergente? Como é que esta se definirá na nova estrutura social e quais as relações de força que se estabelecerão entre estas diferentes facções no campo político e os diferentes actores da sociedade?

Tomar em consideração as formas de relacionamento entre estas facções e os outros actores parece ser fundamental. As políticas socializantes levadas a cabo numa boa parte dos países que se libertaram do jugo colonial na década de 60 e princípios de 70, acompanhadas do monolitismo político reinante no pós-independência conseguiram abafar durante algum tempo os interesses por vezes divergentes destas diferentes camadas. Partimos da hipótese de que logo que se criou um ambiente social e político favorável à manifestação destes interesses, eles ganharam um novo ímpeto. Tudo indica que a vaga de liberalização dos anos 80 criou novos espaços e fez surgir novos actores, mais ou menos directamente ligados à circulação do capital internacional. Por outras palavras, a vaga de democratização que invadiu a África nos inícios dos anos 90 parece ter alargado os espaços de manifestação e de articulação dos interesses dos diferentes actores.

Estas duas dinâmicas, aliadas ao facto de, devido ao processo de globalização, o Estado ter sido "transbordado" por cima nas suas funções tradicionais, devem ter concorrido para fazer aparecer vários actores que, num complexo e dinâmico processo social, vieram adicionar-se às camadas que já configuravam o tecido social guineense e nele tornou pertinente a questão da formação e/ou reconstituição de elites.

Neste contexto, tornou-se igualmente ainda mais pertinente a questão de quem controla de facto o poder político. Qual a atitude dos diferentes segmentos da classe dirigente face aos ventos da mudança? Como se configuram as relações num contexto dominado por clivagens entre *reformadores* e *conservadores*? Haverá novas alianças? Como se configura a dinâmica de circulação entre as elites económica, política e cultural? Em que moldes é que são tecidas as alianças entre chefes religiosos e os políticos? Se se confirma o aparecimento de uma nova classe política, qual será o seu papel num mundo globalizado, uma vez que é cada vez mais evidente que o desenvolvimento socio-económico, político e cultural dos Estados africanos é afectado pela forma, como eles se inserem no sistema mundial cada vez mais globalizado ?

Apesar de alguma coisa se ter escrito sobre a inserção dos países africanos no mundo globalizado, pouco se tem discutido sobre a maneira como se comportam as elites destes mesmos países face à globalização. É sobejamente conhecido que as pessoas que ocupam os postos de decisão nas instâncias do Estado (assim como no privado) são formadas no estrangeiro ou em instituições que copiam o funcionamento destas. Elas conservam fortes relações com o exterior (viagens, antenas parabólicas, Internet, etc.). Mas sabe-se ao mesmo tempo que a constituição destas novas elites, voltadas para o exterior, não modificou a estrutura das sociedades rurais, que continuam a viver na periferia dos centros urbanos. Será que elas constituem um novo tipo de elite ao lado das elites "tradicionais", sem as substituir? Como será o futuro destas elites com a urbanização acelerada? Quais são então as interferências da mundialização sobre a configuração das duas elites e como é que estas mesmas elites podem influenciar a mundialização? Com que poder e/ou alianças podem elas contar internamente? Uma resposta a estas questões implicará analisar as formas de conflitualidade decorrentes dos diferentes interesses em jogo, inserindo-as num contexto internacional marcado pelos paradigmas do neo-liberalismo.

Um outro tipo de questionamento poderá ainda configurar este projecto de pesquisa. Será verdade que são as massas que fazem a história, como nos ensina a doutrina marxista, ou serão antes os grandes sujeitos da história que se encarregam desta tarefa, como nos sugere a filosofia hegeliana? Este ultimo grupo de questionamentos obriga-nos, igualmente, a considerar um par de noções que retiveram a atenção dos teóricos e que aparentam ser inseparáveis uma da outra, não necessariamente como noções definitivas, isto é, julgadas, para sempre, as mais adequadas para compreender a realidade social que nos interessa, mas como conceitos - hipóteses, sujeitos à prova: a noção que frequentemente é oposta à noção de elite, a de *massa*. Duas noções que a maior parte dos teóricos tendem exageradamente a contrastar, concebendo uma elite como um grupo real, coerente e estruturado e uma massa como um conglomerado sem forma, sem correspondência concreta. Se alinharmos com a doutrina marxista, qual será o papel dos indivíduos ou grupo de indivíduos neste processo? Se nos inclinarmos pela tese hegeliana será pertinente questionar se não será antes um grupo de indivíduos que toma as decisões mais importantes, decisões estratégicas, limitando-se as massas apenas a segui-los ou a sofrer as consequências destas decisões? Será aplicável, neste contexto, a concepção leninista segundo a qual as "massas" das sociedades africanas, precisam de ser guiadas por uma "elite esclarecida" ? E se assim for, quem é, no caso concreto da Guiné-Bissau, este grupo de indivíduos que, mais do que guiar as massas, parece decidir sobre o seu destino? Como é que ele se caracteriza? O que é que ele tem, que o faz distinguir das massas e o coloca numa posição privilegiada para agir deste modo? Qual é o grau de homogeneidade deste grupo de pessoas? Será possível integrá-las numa categoria sociológica previamente identificada ou teremos antes que encontrar uma nova definição para ela?

À semelhança do que é proposto para a África, o estudo dos dirigentes guineenses constitui uma dimensão necessária e incontornável da análise dos processos de estratificação política, económica e social, que é preciso pensar simultaneamente e que por consequência está no cerne da dinâmica da formação do Estado, afirma Bakary¹⁴. Por

¹⁴ Bakary, *op. cit.*, p. 5.

sua vez, a importância desta questão de estratificação política deve-se ao facto de em África, talvez mais do que em qualquer outro lado, a acção do Estado enquanto que instituição depender muito do pessoal que o dirige, porque, como disse o filósofo, a questão *quem* é mais interessante que a questão o *quê*.

A importância do estudo das elites em geral e da elite política em particular não se prende simplesmente com uma necessidade de saber se a África, tal como a Europa, é governada por um grupo de pessoas, os governantes, enquanto que a maioria constitui a massa dos governados, ou ainda com uma curiosidade sobre as características dos seus dirigentes. Trata-se, sim, de saber se com as características actuais que apresenta, esta classe pode fazer face aos desafios que se apresentam a África. Esta questão tornou-se relevante, porque se constatou que uma das razões do falhanço dos projectos de desenvolvimento em África tem a ver com uma deficiente, na maior parte dos casos caótica governação e, particularmente, com a elite política que representa esta governação. Tornou-se evidente que os desenvolvimentos políticos futuros dos Estados africanos serão altamente influenciados pela composição e pelas características das elites, pelo seu grau de coesão e/ou pelas suas rivalidades internas.

Ao inscrevermos a problemática das elites e do seu papel no processo de desenvolvimento no centro da nossa preocupação de pesquisa, estamos a situar-nos no cerne de um debate que data de há algumas décadas, mas que nem por isso deixa de ser contemporâneo e pertinente, e que nos oferece duas grandes abordagens dos problemas de mudança nos países em desenvolvimento: a primeira, que vê no subdesenvolvimento uma negação do desenvolvimento e repousa sobre o postulado de que, para superar o seu *handicap*, os países retardatários devem calcar a sua conduta sobre a dos países avançados, enquanto que a segunda faz derivar o subdesenvolvimento do desenvolvimento e se identifica, nas suas conclusões mais radicais, com a abordagem marxista que faz da liquidação do imperialismo a condição indispensável para uma mudança social e um desenvolvimento económico real.

As duas empenham-se mais em descrever os processos através dos quais se pode atingir a mudança social e o desenvolvimento económico que em enfatizar os agentes ou grupos que devem manifestar um comportamento adaptado aos objectivos perseguidos. Elas fundamentam-se contudo no papel determinante que podem desempenhar alguns destes actores por causa da sua influência ou das suas características modernas, embora não tenham conseguido um acordo sobre a sua natureza, a sua qualidade e o seu papel respectivo.

Os países em desenvolvimento, e os africanos em particular, oferecem um excelente exemplo para o estudo das forças sociais que criam novas elites, assim como para o estudo do papel que estas mesmas elites jogam nas tentativas de transformação das suas respectivas sociedades. Como dizia Gilles Blanchet "en définitive, le faible développement des économies africaines, leur immersion dans l'ensemble de la réalité sociale et leur dépendance de l'étranger les lient étroitement au pouvoir en place. Celui-ci tend, depuis l'indépendance, à se concentrer entre les mains d'une couche politique qui s'apparente de plus en plus à une classe dirigeante. Calqué sur le modèle métropolitain, cette superstructure politico-administrative s'en différencie par l'absence de soutien d'une infrastructure autochtone"¹⁵.

¹⁵ Ver Blanchet, 1983: 118.

Partindo desta constatação, T. Bakary tem razão em colocar um certo número de questões, que nos parecem pertinentes retomar no quadro deste projecto: em que que a composição e a estrutura das elites mudaram desde a independência? Porquê e sobretudo, com que consequências? Que fizeram do seu poder ou da sua presença no poder? A estas se acrescentarão outras: terão mudado as modalidades de recrutamento político e qual foi, a este nível preciso, a influência das mudanças políticas sobre o processo de selecção e de promoção de novos dirigentes? Como é que se circula realmente dentro do espaço dirigente africano? Será sempre a partir de posições de poder político e administrativo ao polo económico, ou está-se a esboçar trajectos diferentes?

Podemos medir a performance das elites no poder? Quais são elas? Noutros termos, quais são as consequências políticas, económicas, sociais ou outras da presença mais ou menos longa no poder ou das chegadas e partidas sucessivas do pessoal político? Será que assistimos, desde a independência, à formação de classes dirigentes, de oligarquias ou doutra formação social completamente diferente a partir de estratificação política que comandaria a estratificação económica e social?

A resposta a todas estas questões passa necessariamente pela análise da estrutura do poder, quer dizer, da medida da mudança no pessoal político, a fim de poder, em seguida, examinar o seu modo de acção, os seus valores e seu grau de integração. E uma análise desta natureza revelar-se-ia impossível, se não tomasse em consideração a dimensão histórica.

B. A FORMAÇÃO DA ELITE POLÍTICA NA GUINÉ-BISSAU¹⁶

1. Revisitando a história da elite política guineense

A história de formação da elite política guineense é feita de continuidades e descontinuidades, mas é marcada sobretudo por rupturas sucessivas, consubstanciadas em três momentos importantes: 1) a implantação efectiva do colonialismo 2) o fim da luta armada e os primeiros esforços de construção nacional e 3) a vaga de liberalização que teve início nos anos 80 e culminou com a abertura ao pluralismo político. Nas páginas que se seguem vamos tentar caracterizar cada um destes períodos e tentar demonstrar em que medida tiveram um papel decisivo na constituição e reconstituição da elite política.

1.1 Dos primeiros contactos à implantação da administração portuguesa

Como reconhecem os historiadores, à chegada dos primeiros europeus à Costa da Guiné, os povos autóctones que viviam nestas paragens estavam organizados em grupos étnicos mais ou menos fechados, possuindo cada um o seu próprio “chão” (território), uma organização social e política própria e uma economia de subsistência que garantia uma relativa autonomia a cada um deles. Embora ainda esteja por fazer a história política

¹⁶ Nesta parte do texto propomo-nos trazer ao debate alguns resultados preliminares das pesquisas até aqui realizadas. As considerações assumem por isso o carácter de hipóteses de trabalho a serem confirmadas nos passos ulteriores deste projecto de pesquisa.

destes povos e do que mais nos interessaria no quadro deste estudo, a evolução do sistema político destas sociedades, sabe-se que cada uma delas produziu uma forma específica de organização do poder que, entre outros aspectos, era o reflexo do grau e da sua forma de estratificação social. Se exceptuarmos a influência das sociedades islamizadas, podemos identificar três traços distintivos que marcavam estas sociedades do ponto de vista da sua organização política: 1) fraca estratificação e hierarquização política e 2) baixo nível de centralização do poder político e 3) uma fraca e até ausente elite política digna desse nome.

Mas estas sociedades autóctones cedo se relacionaram com outros povos e grupos étnicos, cuja organização económica, social e política apresentavam características diferentes. Dentre vários destes povos, dois deles marcaram indelevelmente a evolução histórica na região: os Fulas e os Mandingas. Como reconhece um dos eminentes conhecedores da história desta região, G. Brooks, "all of the groups of the Guinea-Bissau region-coastalriverine, Mandinka, and Fula-experienced far-reaching and frequently disastrous changes as a consequence of Mandinka state-building from the fourteenth (?) century, centuries of internecine slave raiding, Fula-Mandinka wars from the close of the eighteenth century to the 1860s, and during the colonial wars of conquest that followed." (Brooks, 1987:280).

Pode-se dizer que a história de relacionamento entre estes povos de um lado e os Fulas e Mandingas do outro e, também estes entre si, modificaram radicalmente o panorama político na região. Entre estes dois, aquele que maior influência exerceu sobre os restantes foram os mandingas, a ponto de muitos estudiosos falarem do fenómeno de *mandinguização* para resumir esta forte influência cultural e política, que foi extensiva a uma parte considerável da região, abarcando muitas etnias que pagavam tributo ao reino mandinga de Kaabu. Estima-se que durante o século XVIII deviam existir entre setenta a oitenta diferentes reis e chefes tradicionais (leading chiefs) que reinavam simultaneamente no que outrora correspondia ao actual território da Guiné-Bissau, mas todos estavam submetidos, de uma maneira ou doutra, ao reino mandinga.

A este propósito, G. Brooks diz-nos que "once established, boundaries of Mandinka states remained remarkably stable until the nineteenth century, testimony to the capabilities of the rulings elites to maintain the status quo by means of marital ties, mediation of disputes, etc., techniques of mutual protection of interests that Donald R. Wright has aptly described as a system of "interlocking directorates" (Brooks: 1987: 283). Com efeito, o mais importante deste sistema político foi o império mandinga do Gabú que se tinha estabelecido como um centro tributário do Império do Mali em 1250. Neste Reino havia uma classe política *nhanto*, da qual se podia destacar nomes como Tirakhan Traoré e Mansa Sama Coli. Os membros da família Sane e Mane eram os que governavam as quarenta e quatro províncias do Gabu. Este reino conseguiu manter-se até finais do século XVIII e princípios do século XIX, altura a partir da qual se enfraqueceu devido ao conflito entre os feudos e às guerras para o controle do comércio. Aliás, a guerra de Kansala em 1867 saldou-se por uma derrota desta classe¹⁷.

¹⁷ Para mais detalhes sobre este tema, ver António Carreira, *Os Portugueses nos Rios de Guiné*, 1984, p.119 e Carlos Cardoso, "Conflitos inter-étnicos: dissolução e reconstituição de unidades políticas nos rios da Guiné de Cabo Verde, 1840-1899", *SORONDA*, No. 7, 1989, pp. 31-62.

No que diz respeito à sobrevivência desta elite política das sociedades “tradicionais”, importa referir que não obstante a política assimilacionista do colonialismo português, com a implantação efectiva das estruturas de Estado moderno na colónia, verificou-se uma ruptura naquilo que se podia considerar o processo de constituição de unidades políticas de grande dimensão, que por sua vez vinham “produzindo” as suas próprias elites, nomeadamente a política, constituída na época pré-colonial essencialmente pelos chefes das pequenas unidades políticas e, mais tarde, pela elite nhanto de Kaabu, num contexto social e político marcado pela expansão, contracção ou extinção de reinos. Não se verificou uma “recuperação” da elite política tradicional nas estruturas do Estado moderno. Salvo raras excepções, a implantação destas estruturas fez-se em grande medida pela via de confrontação directa, por vezes militar, entre o incipiente poder político colonial e as elites políticas tradicionais. Durante muito tempo verificou-se um desenvolvimento paralelo entre a consolidação de uma elite política “tradicional” e o nascimento de uma elite política “moderna”

Pode-se dizer que a formação da elite política guineense moderna está presa a dois factos históricos importantes indissociavelmente ligados: 1) a implantação definitiva do Estado colonial português neste território e 2) a integração de uma camada de origem africana, mas não necessariamente “indígena” nas estruturas, instituições e dinâmicas sócio-políticas da colónia. Esta evolução pode ser historicamente situada a partir da segunda metade do século XIX. Antes disso, e após quatro séculos de contactos entre europeus e africanos nesta costa atlântica, a soberania do Estado português nestas paragens era uma miragem. Antes desta data, no interior das terras a sua soberania limitava-se a um sector bem preciso. Não é por acaso que ainda no início do século XIX esta pequena Guiné se chamava oficialmente Guiné de Cabo Verde¹⁸, enquanto que R. Pélissier a designava “a ‘colónia’ de uma colónia” (Pélissier, 1989: 27). Esta realidade tem por consequência que, durante muito tempo, o pessoal da administração e das Forças Armadas não era proveniente directamente da metrópole, mas sim das ilhas. Segundo Pélissier, o governador geral de Cabo Verde, na Praia, expedia para estes rios do Ocidente apenas funcionários e condenados dos quais queria libertar-se e não lhes atribuía grandes meios de acção, de tal forma que o poder real se encontrava repartido entre algumas dezenas de traficantes mestiços ou negros aculturados, provenientes essencialmente de Cabo Verde, e acessoriamente de famílias alargadas crioulas locais, tendo os mais destacados deles tecido redes de aliança e de clientelas comerciais, e mesmo políticas com Cabo Verde e os povos locais¹⁹.

Esta constelação, que à primeira vista pode parecer uma oportunidade de formação das primeiras elites (económico-comercial e política) da colónia, não consegue porém consolidar-se, pois os empreendimentos e as ambições desta camada são de uma relativa modéstia, os seus elementos encontravam-se dispersos por centros isolados um do outro, ligados entre si por navegação à vela e à remo, a sua posição face às populações circundantes era precária. Tudo isto contribuiu para fazer destes estabelecimentos “um arquipélago de minúsculas oligarquias fluviais e marítimas num mar africano”²⁰. Sabe-se, por exemplo, que a influência luso-africana cresceu significativamente de 1780, tornou-se ascendente em 1810 com Rosa Carvalho de Alvarenga e o seu marido João Pereira

¹⁸ Sobre a evolução da toponímia, ver Pélissier, 1989: 27.

¹⁹ Acrescente-se que, segundo os historiadores, o continente tinha aos olhos dos cabo-verdianos a reputação de ser terra maléfica e selvagem.

²⁰ Cfr. Pélissier, *idem*, p. 28.

Barreto, que serviu como comandante de Cacheu, governador da Guiné de 1830 até à sua morte em 1859.

Em contrapartida, os luso-africanos nascidos na Guiné exerceram menos influência em Bissau, onde comerciantes portugueses e cabo-verdianos e oficiais das forças armadas eram predominantes, excepto durante o período da governação dos Barretos. A pessoa mais influente em Bissau durante o segundo quartel do século XIX era um caboverdiano, Caetano José Nosolini que, em associação com a mulher papel/bijagó, Mãe Aurélia Correia, dominava o comércio do Geba e grandes Rios entre 1830 e 1840.

A julgar pelo relato de historiadores, estas ilhas não constituem nenhuma ameaça permanente, nem a um poder africano hegemónico, nem ao poder colonial. Nestes estabelecimentos havia uma confusão entre funções administrativas, militares, comerciais e agrícolas. Segundo George Brooks, a primeira metade do século XIX marcou o ponto mais baixo do envolvimento português e cabo-verdiano na região da Guiné-Bissau. Os oficiais governamentais e o pessoal militar passava anos sem receber os seus salários ao mesmo tempo em que as barracas e os edifícios governamentais estavam a cair, negligenciados e virtualmente abandonados pelo governo português.

A transição do tráfico negreiro para o comércio “legítimo” a partir de 1840 foi especialmente desafiante para os interesses luso-africanos, cabo-verdianos e portugueses, uma vez que foi marcada pela expansão da esfera de comércio franco-africano e francês do Senegal para o Norte e da esfera de comércio britânico e franco-britânico da Serra Leoa para o Sul. Apenas os esforços resolutos da parte de Honório Barreto e outros Luso-africanos agindo para proteger os seus interesses conseguiram prevenir a região da Guiné-Bissau de ser dividida entre a França e a Grã Bretanha, com Portugal a ficar de fora.

Se por um lado se pode aceitar a tese de George Brooks segundo a qual teriam sido os Luso-africanos a criar a “Guiné Portuguesa”²¹ não é menos verdade que devido ao “abandono” a que Portugal votou a colónia da Guiné, pelo menos até aos anos 70 do século XIX, esta camada não pôde desenvolver-se para lá de determinados limites que a própria situação económica e política lhe impunha. Por todas estas razões, talvez se possa escolher como marco de nascimento da elite política guineense o que René Pélissier considera o fim do período “cabo-verdiano” da Guiné, a data de 1879²², data em que o território é proclamado “Província da Guiné”, não propriamente porque se possa situar a formação de uma determinada camada social numa data tão precisa, ou, como diz

²¹ “The descendants of the Luso-Africans who created “Portuguese Guinea” contributed much to the development of “Guinea-Bissau. No account of the continuing evolution of the Cape Verde Islands-Guinea nexus and how the leaders of the Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC) capitalized on the shared Luso-African heritage remains to be written. I look forward to contributions from Guinean and Cape Verdean scholars” (Brooks: 304)

²² A data precisa desta proclamação é 18 de Março de 1879, através de um decreto de desanexação, passando a sua administração a ser independente da de Cabo Verde e passando Bolama a ser a capital da nova província. É nomeado primeiro governador da província Agostinho Coelho. É igualmente neste ano que aparece a primeira máquina de imprimir. Além disso, O *Boletim Oficial do Governo da Província da Guiné portuguesa* (B.O.G P.) imprensa independente, aparece apenas depois desta separação de Cabo Verde. O No. 1 deste órgão data de 7 de Fevereiro de 1880. A Guiné será o último território português em África, depois de Cabo Verde (1842), Angola (1845), Moçambique (1854) e São Tomé (1857) a dispor de sua autonomia em matéria de impressão. Esta data permite medir o atraso não só em relação aos países vizinhos, mas também em relação às outras colónias portuguesas. O *Moniteur officiel du Sénégal et Dépendances* data de 1856.

Pélissier, por se ter dado uma revolução social, mas essencialmente pelo valor simbólico que esta proclamação encerra e pelo facto de, formalmente, só a partir deste momento se poder falar de uma administração autónoma e, conseqüentemente, estar assim criada uma das condições mínimas para o desenvolvimento de uma elite política ligada à administração de um Estado moderno.

1.2 O “fracasso” dos primeiros “descendentes” da classe política guineense

Antes de 1889 as praças e presídios da Guiné eram regidos por leis militares e por governadores subalternos, que reuniam atribuições administrativas e transmitiam as suas ordens em matéria de polícia a cada vila de negros cristãos sob jurisdição dos ditos lugares e presídios, por intermédio de um *Juiz do Povo*, que é um negro eleito por eles, segundo o uso antigo e que representa igualmente a vila quando esta endereça queixas (ou pedidos) ao governador. Existia em cada uma das duas praças (Bissau e Cacheu) um secretário e um tesoureiro, constituindo com os dois governadores subalternos uma espécie de secretariado submetido à autoridade do Conselho financeiro da Província. R. Pélissier considerava que tudo isto era esquelético, mas suficiente para uma população que não atingia 5000 almas espalhadas.

Por outro lado, do ponto de vista de formação de uma elite económica nas suas comunidades, segundo Brooks (1987) verificou-se, ainda no século XVII, o aparecimento de um grupo de “luso-africanos”²³ e africanos (incluindo homens e mulheres) que se tinham destacado como parceiros no comércio com os europeus, alguns deles até com uma grande autonomia. Alguns exerciam um papel de liderança nos lugares em que exerciam o comércio. Segundo o mesmo autor, há numerosos relatórios a partir do século XVII respeitante a mulheres influentes como Bibiana Vaz, uma “luso-africana” que construiu um vasto império comercial entre os rios Gâmbia e Serra Leoa nos anos 1670 e 1680 e que manteve cativo o comandante de Cacheu durante 14 meses em 1684-1685, e a reputada Rosa de Carvalho de Alvarenga e Mãe Aurélia Correia²⁴.

As famílias que se tinham destacado social, cultural e politicamente como Carvalho de Alvarenga, Vaz, Barretos²⁵ e Nosolines e outros viram a sua influência social e política diminuir ao longo dos anos. Segundo Brooks, as circunstâncias teriam mudado a partir de princípios do século XVIII, com os grupos africanos na região da Guiné-Bissau a não permitirem aos estrangeiros o acesso às rotas de comércio do “overland” e a compelir os Luso-Africanos a retirarem-se para pequenos “settlements”. O autor fala mesmo de deterioração da posição sócio-económica dos Luso-africanos devido ao progressivo estabelecimento de comerciantes britânicos e a anglo-africanos na Alta Gâmbia,

²³ Sobre esta camada Brooks diz o seguinte: “ In social and cultural terms, LusoAfricans were more “African” than “Portuguese”, and the short prefixes “Luso-” and “Eur-” serve to communicate the proportionately much smaller European heritage vs. African heritage of individuals raised by African or Luso-African mothers in African milieus” (Brooks, 1987:292). A esta caracterização se pode acrescentar que os Luso-africanos das sociedades acéfalas ou estratificadas eram facilmente identificáveis dos africanos pela maneira como se vestiam e pelo estilo de vida que combinava elementos portugueses e africanos. Falavam crioulo, que para muitos era a primeira língua. Tinham nomes de família portugueses.

²⁴ Os detalhes sobre os Luso-africanos encontram-se num interessante artigo de George Brooks (1987:292-297)

²⁵ Em referência a Honório Pereira Barreto (1813-1859), o provedor (administrador do Concelho de Cacehu, cujo pai foi um cabo-verdiano *sargento-mor* de Cacheu e a mãe Rosa Carvalho de Alvarenga, uma *Nhánha* comerciante originária de Zinguinchor. Educado em Portugal

comerciando directamente com os mercados acima do rio e negando aos Luso-africanos o seu papel de mediador.

Há igualmente indicações de que os chefes mandingas teriam aumentado significativamente as taxas e impuseram restrições ao comércio e deslocação dos Luso-africanos à semelhança dos constrangimentos impostos pelos Banyum e Diolas ao longo da rota comercial do rio Vintang Creek-Songrougrou. Este facto pode ter contribuído para um relativo declínio desta classe. A concentração de Luso-africanos, grumetes e um número decrescente de portugueses teria contribuído para reforçar o sentido de identidade deste grupo. Isto tornou-se evidente nos casamentos endogâmicos, complementados por alianças com comerciantes caboverdianos e oficiais do exército, reclamando a sua cristandade, apesar do sincretismo com as práticas religiosas africanas, e através de esforços concertados e exitosos dos luso-africanos para gerir o seu próprio negócio independentemente dos governadores da Província de Cabo Verde e Guiné e comandantes designados para Cacheu e Ziguinchor. Mas esta camada não conseguiu recuperar deste declínio, sobretudo no que concerne à sua influência política.

Do ponto de vista de constituição de uma elite política autóctone, parece não haver uma continuidade propriamente dita entre esta elite que tinha começado a constituir-se durante as épocas mais remotas da colonização e a elite política que se formou imediatamente antes e, em menor grau ainda, daquela que começou a constituir-se depois da luta de libertação nacional. Seria interessante fazer investigações históricas mais apuradas para saber em que medida esta elite essencialmente económica e social, com algum capital cultural não “produziu” um embrião sequer de uma elite política.

Durante a colonização houve aliás dois momentos na formação da elite política. O primeiro, que vai de 1889 a meados dos anos 40 e o segundo, que vai desta data ao fim do regime colonial. O primeiro corresponde ao período em que a muito pouco implantada administração colonial teve a necessidade de utilizar poucos nativos instruídos na administração colonial. Neste aspecto, o primeiro momento não se distingue do segundo. O que marca principalmente a diferença entre estas duas fases é o facto de, no segundo período, se poder falar da implantação do Estado colonial e de estarmos perante um território colonial autónomo.

A ruptura é, no entanto, muito clara. A elite da luta vai recrutar os seus membros das camadas mais baixas da sociedade colonial, mesmo se os seus elementos possuíam alguma formação, formação essa que no entanto não passava, na sua maioria, do 5º ano do liceu.

2. A luta pela independência e a formação e reconstituição da elite política

2.1 O prelúdio da libertação nacional e a formação da elite política

Como vimos atrás, a formação de elites na Guiné-Bissau foi influenciada pela política praticada pelo colonialismo português, que optou por um modelo de colonização, cujo principal paradigma consistia na assimilação e integração dos povos colonizados. Este paradigma traduzia-se, em termos práticos, numa política que por um lado advogava a

manutenção das “tradicionais” formas de organização social e política, próprias das sociedades autóctones, o que implicava a manutenção dos líderes tradicionais e, por outro, numa tentativa de constituição de uma classe de intermediários entre o poder colonial e as populações locais para facilitar os contactos entre as estruturas implantadas pelo Estado colonial e as estruturas ditas tradicionais. A consolidação da estrutura administrativa colonial de 1920 a 1950 reforçou, assim, a proeminência política de um pequeno número de africanos relativamente privilegiados. Esta elite era largamente constituída por caboverdianos obrigados a emigrar de Cabo Verde para a Guiné, descendentes destes e mestiços e, progressivamente, passou a envolver alguns destacados elementos da comunidade local. Assim, alguns guineenses de cor escura também faziam parte desta elite²⁶. O facto de o colonialismo lhes ter concedido determinados privilégios permitiu-lhes beneficiar de vantagens ou regalias em termos de educação, fluência na língua portuguesa e familiarização com vários aspectos da cultura ocidental. Estes factores permitiram, por sua vez, que os membros desta elite pudessem ser designados como funcionários da administração colonial.

O ensino missionário encarregara-se de formar os primeiros assimilados, transmitindo-lhes não só os conhecimentos científicos básicos, mas igualmente uma moral e normas de conduta compatíveis com as do colonizador. Segundo a Concordata assinada entre a Santa Sé e o governo português, em 7 de Maio de 1940, e segundo o Acordo Missionário, reconhecida a liberdade da Igreja, ela tomou a seu cargo, subsidiada pelo Estado, a formação escolar dos indígenas. Esta tradição do papel activo da igreja na formação de um grupo social prolongou-se durante toda a colonização, mesmo se, progressivamente, sobretudo a partir dos anos 60, o Estado português começara a implantar escolas públicas. Muito da elite política guineense actual terá passado, portanto, pela “escola dos padres”.

É do seio destes assimilados e dos seus descendentes que se vai recrutar as primeiras elites das “Províncias portuguesas” de indigenato. Muitos destes assimilados não tinham vínculos familiares com as elites dos finais do século XIX. As famílias Barreto, Carvalho de Alvarenga e Vaz continuavam a ser nomes sonantes na sociedade guineense, sendo por muitos julgados como detentores de um considerável capital social e cultural, mas pouca influência tinham no aparelho colonial e no muito limitado espaço político de então. A sua influência na vida política e nos destinos do país tinha-se desvanecido perante o aparecimento doutros nomes ligados aos ideais de libertação nacional, que vão ser protagonizados por homens e mulheres ligados às famílias Cabral, Almada, Pereira, Lacerda, Barbosa, Turpin, Fortes, etc., nomes que pouco tinham que ver com as elites que dominavam a vida pública guineense nos finais do século XIX e princípios do XX. Muitos destes nomes são descendentes directos das famílias cabo-verdianas. Apenas alguns nomes de família como Correia, Vieira, eram de descendência guineense directa. Alguns descendentes da elite novecentista guineense participaram na materialização dos ideais libertários, mas estiveram longe de jogar um papel de vanguarda como grupo unitário.

Esta diferenciação não invalida porém em nada a constatação sustentada, entre outras pessoas, por Adriano Moreira que, em meados dos anos 50 via nessa “classe intermédia”, pela sua vocação activa, o núcleo de um anticolonialismo nacionalista. Neste ponto ele coincide com A. Cabral, que via na pequena-burguesia o potencial revolucionário capaz de

²⁶ Foi o caso de algumas personalidades cujos descendentes vieram a fazer parte das Assembleias do Povo, que passou a reunir-se anualmente, a partir de 1970 até 1973, e onde os Deputados do Povo eram encorajados a criticar certos aspectos da dominação colonial.

enfrentar a dominação colonial. Segundo as análises legadas por Amílcar Cabral, é uma elite burocrática, conhecedora dos mecanismos e das limitações do aparelho colonial português, que não só esteve à altura de dirigir a luta pela independência, como é capaz de herdar do colonizador o aparelho de Estado e o próprio poder político, constituindo-se no núcleo principal da elite política ou elite do poder.

A partir dos anos 60, enquanto crescia e se consolidava a resistência ao colonialismo e aumentavam as pressões internacionais sobre a política colonial portuguesa em África, este resolveu praticar uma política de integração dos chefes tradicionais de cada grupo étnico num corpo político nacional estruturado em bases étnicas e inteiramente controlado por indivíduos designados pelo Estado colonial. Esta política foi reforçada sobretudo no tempo do Governador Spínola, a partir de 1969, com a sua política de "Guiné-Melhor". Constituiu-se assim um outro pólo do que mais tarde viria a constituir o embrião da elite política guineense, criando uma esteira sobre a qual se poderia desenvolver uma articulação entre facções da elite política moderna e tradicional.

Porém, tendo-se oposto à criação de um quadro político adequado, isto é, autónomo e, eventualmente endógeno, o colonialismo português criou condições para que a actividade política se ligasse directamente e, desde muito cedo, a um movimento de contestação, neste caso a luta de libertação. Com efeito, a partir dos anos 50 pôde começar-se a falar de uma classe de revoltados, que progressivamente se constituiu no germe da futura classe política²⁷. Pode-se mesmo dizer que até aos anos 70 a política como actividade autónoma se confundia com a luta pela independência.

Os principais protagonistas deste movimento eram caracterizados, inicialmente, por uma certa juventude e por um nível de formação relativamente baixo. Por seu turno, o desenvolvimento das ciências sociais, que podia fornecer as bases teóricas para a formulação de um projecto de libertação era incipiente em Portugal, e muito mais nas colónias. A experiência política e a formulação teórica dos objectivos e estratégias de libertação nacional tiveram que ser feitas num contexto sócio-cultural e político bastante adverso. O contacto com o mundo exterior era igualmente dificultado pelas práticas repressivas das autoridades coloniais. Perante estas condições, torna-se ainda mais evidente a grandeza daqueles que se guindaram a níveis relativamente altos de elaboração teórica, como foi o caso de Amílcar Cabral e seus companheiros das outras colónias de Portugal. Este grupo de nacionalistas rapidamente ganhou experiência devido às exigências da própria luta, e, entre outras razões porque a ele se associaram alguns indivíduos com formação académica mais avançada, provenientes sobretudo de Portugal.

O intenso intercâmbio de experiências e de conhecimentos, aliado a uma vontade política de superação e de formação de quadros revelaram ser não só uma estratégia altamente benéfica para o sucesso da luta pela libertação, como também se transformaram em factores catalizadores da constituição de uma intelectualidade da luta. Este grupo, influenciado sobretudo pelas ideias revolucionárias de A. Cabral, revelou, durante a luta, uma alta consciência política e um alto sentido de responsabilidade relativamente à missão histórica que sobrecaía sobre os seus ombros²⁸. É este grupo que forma o núcleo

²⁷ A este movimento estão ligados nomes como os de Carlos Correia, Elisé Turpin e Victor Robalo, etc..

²⁸ O seminário de quadros de Conakri constitui o exemplo emblemático do esforço feito para superar politicamente os quadros do PAIGC. Embora o PAIGC nunca tivesse declarado o Marxismo-Leninismo como a sua ideologia oficial e apesar das declarações prudentes de Amílcar Cabral a este respeito, os princípios

daqueles que mais tarde se vão dedicar à política.

Por ter sido o único que assumiu de uma maneira conseqüente a luta pela libertação nacional e ter praticamente eclipsado os outros movimentos de libertação nacional, os quadros do PAIGC chegaram à independência política comportando-se como a única elite de poder competente para assumir as tarefas de reconstrução do país, isolando ou, em alguns casos, perseguindo, os que não tinham participado nesta luta. O poder político e as posições chaves foram arrebatadas por indivíduos oriundos, na sua maioria, das camadas mais baixas (camponeses, assalariados, lumpen-proletariado), que na maior parte dos casos tiveram menos possibilidades para se educar durante a época colonial.

Assim, este processo fez com que, após a luta de libertação nacional, se criasse um conflito entre aqueles que, embora tivessem uma instrução académica limitada e experiência administrativa incipiente, eram supostos ser os melhor preparados politicamente para dirigir o Estado e as novas instituições políticas e aqueles que, não tendo embora uma preparação política adequada, se julgavam aptos a dirigir o novo aparelho de Estado porque possuíam uma melhor instrução académica e maior experiência da administração pública. A correlação de forças na altura ditou que o conflito ficasse resolvido a favor do primeiro grupo, isto é, dos que vinham das *matas*. A assumpção do poder político por parte dos “menos” preparados contrariou assim a teoria sociológica funcionalista de estratificação social ensaiada nos anos 50, nomeadamente as de Davis e de Moore, que postula que normalmente são os “melhor” preparados que ocupam as funções mais altas. E, deste modo, a luta de libertação nacional constituiu uma autêntica revolução social, na medida em que permitiu uma rápida ascensão social dos que outrora se encontravam na base da pirâmide social. A mobilidade social outrora retida pelos mecanismos clássicos de discriminação social foi, neste caso, facilmente conseguida, constituindo-se quanto a nós num dos fenómenos sociais mais marcantes da conquista da independência política.

3. A formação da elite política na fase pós-colonial

Tendo em conta as rupturas que temos vindo a enfatizar no seu processo de constituição, podemos dizer que a classe política guineense é relativamente jovem. A própria política como actividade independente é relativamente recente. Nos países do velho continente ou mesmo em alguns países africanos, os políticos podem contar com uma longa tradição de actividade política, enquanto que terreno relativamente autónomo da actividade económica. Não é por acaso que em França, por exemplo, já se fala da V República, enquanto que na Guiné-Bissau se assinala o momento político em análise como integrando a Primeira República.

Em alguns países africanos outrora colonizados pela França ou Inglaterra, a actividade

político-ideológicos do PAIGC e de uma boa parte deste grupo aderiam aos ideais desta ideologia na sua versão estalinista. Muitos tinham aliás feito a sua formação política e militar em países amigos como Cuba, União Soviética, China, Coreia do Norte, etc., na altura todos dirigidos por partidos marxista-leninistas e aspirando, numa variante ou outra, à construção do Socialismo. Este facto vai assim marcar em grande medida a ideologia da classe política guineense do pós-independência.

política é de data mais remota. No território que hoje corresponde à Guiné-Bissau, a colonização portuguesa não soube tirar partido do que se passava ao seu redor. Consequentemente, a constituição de uma classe política no país é também de data recente.

A intelectualidade da luta que vínhamos referindo, foi, porém, incapaz de continuar a superar-se após a conquista da independência. Salvo raras exceções, a maioria caiu num conformismo que a impediu de se superar, quer politicamente quer do ponto de vista cultural. Uma das consequências desta atitude foi o que J. Forest classificou de "political delinkage" do estado da sociedade, originado, quanto a ele, por quatro razões: 1) insuficiente número de membros do partido dedicados a continuar a consolidar o PAIGC como um movimento popular e implantado na base e, ao mesmo tempo, a construir um novo governo; 2) o recurso por parte da liderança do partido aos milhares de quadros da administração colonial, que pouca ligação tinham com o povo, para fazer funcionar a máquina administrativa; 3) a absorção dos próprios líderes políticos por um estilo de vida urbano orientado para o consumo; 4) fraco estudo e internalização pelos membros do partido dos escritos e das ideias políticas de Amílcar Cabral.

Poucos membros do partido estavam realmente comprometidos com algum programa ideológico ou político, excepto para assentar a autoridade do PAIGC, enquanto se limitavam a professar compromisso com um vago e indefinido conceito de nacionalismo africano²⁹.

Entretanto, as tarefas políticas tornam-se cada vez mais complexas. A classe política faz recurso a uma estratégia para esconder a sua falta de superação. Nos anos 70, proclamam-se intocáveis todos os que estiveram na luta e escondem-se cada vez mais atrás de uma legitimidade histórica conquistada com e pela luta de libertação.

A fase pós-independência foi assim a de constituição de uma elite política e de um poder altamente elitista, i. e., prisioneira da sua alienação a um poder político exclusivista. A nível dos assuntos do Estado, havia uma Assembleia Nacional Popular, em que dois terços dos delegados eram eleitos entre os Conselheiros regionais e um terço seleccionado pelo PAIGC. A única função dos Conselheiros Regionais eleitos em 1972 e 1976 foi a de eleger os deputados para a Assembleia Nacional Popular. O papel e a influência dos políticos que constituem este órgão máximo de soberania eram mínimos e acrítica na sua essência. Quando se reuniam, anualmente, estavam sempre em permanente sintonia com os governantes. Na prática, a sua função consistia, muitas das vezes, em legitimar as acções destes. E quando um ou outro se *atrevia* a reclamar alguma coisa, era num tom de uma criança que pede um reбуçado aos pais. Este órgão nunca foi capaz de votar uma moção de censura contra a acção dos governantes. O Conselho de Estado era responsável pela selecção e controle do Conselho de Ministros. O Presidente do Conselho de Estado era o Presidente da República e o Comandante Supremo das Forças Armadas. Na prática, dominava os procedimentos do Conselho de Estado e do Conselho de Ministros.

A nível do partido, constatamos que após a proclamação do PAIGC como força política dirigente da sociedade, tratava-se de completar o monolitismo em relação à sociedade com a consolidação de um poder igualmente de elite. No III Congresso, o Conselho

²⁹ Ver Forrest, *op. cit.*, p.46.

Superior da Luta era formalmente o órgão mais alto de decisão do PAIGC, mas na prática tinha poucos poderes, na medida em que se reunia uma vez por ano, por poucos dias. O Comité Executivo da Luta, composto por 26 membros, era o órgão que seguia oficialmente as actividades do partido, mas este também se reunia apenas uma vez em cada quatro meses, também com uma frequência muito espaçada para servir de um órgão efectivo para ditar as políticas. O poder real de decisão encontrava-se concentrado nas mãos dos 8 membros do Secretariado Permanente (mais tarde chamado Comissão Permanente).

A situação que se seguiu ao 14 de Novembro reforçou esta tendência de concentração de poderes e de uma elitização da classe política. Um conjunto de alterações institucionais vieram reforçar o poder do Presidente. O Ministério das Forças Armadas e o Ministério da Segurança Nacional foram incorporados directamente no gabinete do Presidente. A eliminação do posto de Primeiro Ministro ajudou a concentrar o poder nacional na Presidência. O país herdou assim uma classe política profundamente elitista.

Todo o desenvolvimento de uma classe que escapasse ao controle do grupo dos que vieram da luta ou que não caísse nas graças destes, foi morto ainda em embrião, pelo menos até 1991. Só a partir desta data é que se tornou possível, na linguagem de Max Weber, viver para a política e da política.

A elite política actual sofre por isso de duas heranças negativas: de uma política repressiva colonial que não deixou que se formasse uma elite política autóctone e mais tarde, da do Estado pós-colonial que, por causa de uma política repressiva de partido único, não permitiu igualmente o desenvolvimento de uma sociedade civil autónoma e muito menos a constituição de uma classe política independente das estruturas de poder do partido único.

A degenerescência do partido único aparece como uma causa e uma consequência da burocratização do próprio Estado. Um poderoso grupo social especializado no exercício do poder consolidou-se no topo das organizações e não pôde deixar de se autoconstituir em grupo privilegiado pois a produção nem sequer se encontrava em posição de assegurar os bens necessários a todos os cidadãos. Com uma economia baseada na propriedade estatal estavam criadas as condições materiais para que uma classe dirigente dominasse e explorasse o resto das populações. Os que controlam o Estado, aqueles cujos interesses são servidos primariamente pelo Estado, constituem a classe dirigente. Através do Estado, controlarão o acesso aos instrumentos de produção e, ainda através do Estado, controlarão a distribuição dos produtos daqueles instrumentos de modo a assegurar para eles próprios a parte privilegiada. Esta situação começou a alterar-se a partir do momento em que o país, obdecendo aos ventos da mudança, abraçou a vaga de liberalização que se abateu sobre África nos finais da década de 80 e princípios de 90.

4. Transição liberal e renovação da elite política

Num interessante texto sobre o processo democrático na Guiné-Bissau, o sociólogo caboverdiano Raúl Fernandes defende que a transição democrática é a representação política de um processo social de transformação da classe burocrática do Estado numa burguesia comercial e fundiária, com uma consequente reposição do papel do Estado "nacional" no contexto das relações de força internacionais, e uma maior atomização das

classes populares através da multiplicação dos sindicatos, associações, partidos e ONG (Fernandes, 1994). Dos trabalhos a que tivemos acesso, nenhum conseguiu resumir melhor do que este as transformações políticas que tiveram lugar neste país, entre meados da década de 80 e princípios de 90³⁰.

Tendo-se iniciado, aproximadamente na segunda metade dos anos 80, a transição liberal assume-se como um processo marcado por pelo menos três traços: 1) a incapacidade do Estado em continuar a ter um papel central na economia e a consequente retracção da classe burocrática de Estado na gestão dos assuntos económicos; 2) a emergência de uma nova classe de empresários, cuja base económica assenta nos empréstimos concedidos pelos empréstimos da comunidade internacional, principalmente das organizações económicas internacionais; 3) a introdução de critérios mais rigorosos nos gastos públicos. Como a problemática da falência do Estado é sobejamente conhecida e debatida, vamos concentrar-nos nos aspectos relacionados com aquilo que se poderia designar por recomposição da classe burocrática do Estado, pois é antes de uma recomposição ou retração desta classe que se trata e não propriamente da sua extinção.

Com efeito, durante a chamada fase socializante³¹, em que se verificara um monopólio do Estado sobre a economia, tinham sido nacionalizados os principais mecanismos da economia. As principais casas comerciais recém-nacionalizadas e as novas empresas "industriais" constituíram a base económica de uma nova classe burocrática de Estado. Esta burocracia fez das empresas nacionalizadas um espaço político estratégico para o fortalecimento das suas bases, num processo de burocratização que faz uma identificação constante entre o partido no poder e o aparelho de Estado e em que os detentores da burocracia do partido se tornam, por conseguinte, detentores do aparelho do Estado e, pela "burocratização" da economia, os detentores dos principais meios de produção. A construção do Estado nacional e a mistificação do partido único transformaram-se no *leitmotiv* do processo de acumulação "privada" do capital pela classe burocrática do Estado (Fernandes 1994). É sobre esta base económica que se vai construir a arquitectura do Estado nacionalista, que não só monopoliza a economia como também a sociedade e a política.

A fase liberal é iniciada pelo processo de transformação social e de transferência progressiva das bases da acumulação do Estado para o sector privado, reforçado pelas imposições do Banco Mundial e do FMI, que exigem como critérios de financiamento o "desengajamento" do Estado e a privatização das principais unidades económicas. A canalização dos financiamentos externos prioritariamente para o sector comercial e agrícola e a sua concomitante "apropriação" por um grupo ligado ao Estado, criou as bases para o aparecimento de uma burguesia comercial e agrária que, por falta de melhores bases económicas, continuou ligada a um aparelho de Estado centralizado na

³⁰ Embora sejamos da opinião de que este processo tenha sido muito mais complexo do que exposto por este analista, e não obstante o facto de o trabalho apresentar limitações em termos de descrição do processo em si, reconhecemos o mérito desta contribuição pelo facto de ter chamado a atenção para um dos aspectos até aqui muito pouco estudado, nomeadamente o da centralidade da actuação dos actores sociais na compreensão dos processos de transição política.

³¹ A história política do Estado pós-independente na Guiné-Bissau levou os analistas políticos a periodizá-la em duas fases: a primeira, de 1974 a 1981, designada de "socialista", e uma segunda, de 1981 aos nossos dias, designada de "liberal". Em geral, a primeira fase é analisada sob o prisma do papel crescente e centralizador do Estado, e a segunda como a do "desengajamento" do Estado e da economia do mercado.

figura do Presidente. Através deste “bonapartismo presidencial” se redistribuiu a mais valia internacional, massivamente introduzida no país pelas instituições internacionais.

A classe burocrática do Estado descuidava-se em gastos supérfluos e cada vez mais estranhos às técnicas de uma gestão moderna da coisa pública. Os novos ricos destacam-se progressivamente na nova economia liberal como os indivíduos mais capazes de manipular a economia e tendo meio caminho andado para influenciar as tomadas de decisão e, quem sabe, aceder ao poder. Na realidade, ao construírem uma base de poder mais sólida só constroem um poder real, assente numa base económica. Com efeito, a nova classe de empresários vai ter em suas mãos uma parte da produção moderna e a sua organização, a distribuição e os financiamentos e começam a ocupar o topo da pirâmide económica.

Por outro lado, paralelamente ao nascimento de uma burguesia nacional, começou a destacar-se um grupo de quadros técnicos, cuja influência nas tomadas de decisão é cada vez mais notória. Oriundos de camadas sociais diversas (camponeses, assalariado urbano e pequena burguesia) têm em comum o domínio das técnicas de gestão do aparelho de Estado e um capital cultural relativamente elevado. Funcionando como directores de gabinete, assessores e conselheiros, estes destacados quadros da administração pública constituem o núcleo do que se poderia designar de nova tecnocracia. A sua posição privilegiada nas instituições públicas e junto de altas individualidades do Estado coloca este grupo de indivíduos na posição de influenciar as decisões mais importantes tanto da esfera pública como privada. Com a afirmação deste novo grupo de quadros, o centro das decisões políticas e económicas tende a deslocar-se dos tradicionais sítios (parlamento, órgãos superiores do partido e governo) para grupos de influências *ad hoc*, agências, comissões especializadas e institutos. A ideologia defendida pelo partido único e fortemente inspirada em teses marxistas é substituída por uma apologia cega do liberalismo e da tecnocracia.

O crescimento da classe empresarial reclamando um novo nicho na sociedade, o descontentamento popular e o despertar de uma nova consciência cívica e democrática reduziram as bases do sistema “bonapartista presidencial” e impulsionaram a liberalização económica, social e política. Embora esteja ainda por determinar o grau de participação destes diferentes actores na liberalização económica e política, bem como o nível de protagonismo de cada um neste mesmo processo, desde já se pode vislumbrar o papel que estes novos actores desempenham em todo o processo. Relativamente, por exemplo, a um deles há quem conteste a capacidade da burguesia nacional ou melhor, do nascente sector privado africano jogar um papel central em matéria de desenvolvimento, na limitação do poder do Estado ou no processo de democratização. Segundo estes autores, dos quais Roger Tangri é um representante, a história do nascimento e consolidação desta camada, as relações de “patronage” que continua a nutrir com os agentes de Estado, bem como a sua fraca organização, são alguns dos factores que dificultam a assumpção deste papel (Tangri 1998). Para alguns, a liberalização económica resultou necessariamente na subalternização ou estreitamento das redes de *patronage*, tendo feito ressurgir os Estados e reforçado as posições das elites políticas colocadas no topo da escala (Boone, 1999:134).

No caso da Guiné-Bissau pode-se dizer que, inicialmente, a liberalização não criou uma clivagem clara entre a classe burocrática do Estado e a burguesia nascente. De facto, a descapitalização da classe empresarial fez com que esta continuasse dependente do Estado e dos seus agentes para o financiamento das suas actividades. Por outro lado,

aproveitando-se da sua posição privilegiada no aparelho de Estado, alguns dos membros da classe burocrática do Estado transformaram-se em empresários activos. Porém, as perspectivas da realização de lucros menos “controlados” num sector privado caracterizado pela debilidade de mecanismos de controle das receitas e pela ausência de uma legislação adequada ao enquadramento do sector por um lado, e o facto de a nascente sociedade civil, influenciada pelo paradigma da “good governance” ter começado a reclamar um maior controle e prestação de contas por parte dos servidores do Estado, levaram a que muitos deles, gradualmente, tivessem optado pela vida empresarial.

Entre esta opção e a institucionalização de um regime democrático havia porém uma grande distância. A pressão das camadas desfavorecidas com o programa de liberalização económica, sobretudo do assalariado urbano, o assumir de uma maior protagonismo por parte de certos sectores da sociedade política, encarregaram-se de reduzir esta distância e colocar na agenda a liberalização política. Como constata Boone para muitos outros casos em África, nomeadamente para o Senegal, ao abrir o sistema económico à lei do mercado, as autoridades políticas não imaginavam que as mudanças económicas pudessem abrir as portas a mudanças políticas profundas, incluindo a passagem de um sistema monopartidário ao sistema pluripartidário.

Ao anunciar a liberalização económica, a elite política não tinha a intenção de liberalizar a vida política e criar um precedente à reconfiguração da ordem política (Boone 1999). Mas esta acabou por se verificar na maior parte dos países por pressão das camadas desfavorecidas, inicialmente através da contestação das injustiças económicas, mas mais tarde pela pressão de outros actores sociais para introduzir

mudanças políticas, nomeadamente no tipo de regime. No caso da Guiné-Bissau, com a queda do “bonapartismo” são as bases do próprio Estado centralizador que são postas em causa.

De facto ou *de jure*, a abertura política criada pela erosão da autoridade e legitimidade do Estado, a decadência e/ou fragilização das velhas redes de *patronage* e de estruturas corporativistas, reduziram a capacidade do regime em subornar ou absorver potenciais grupos de oposição, levando-a a ceder às pressões políticas e económicas de fora (França, Grã Bretanha, Estados Unidos e Banco Mundial), e a aceitar abertamente a liberalização política. Neste novo espaço político, os grupos sociais urbanos subalternizaram os seus interesses divergentes e organizaram-se sob o lema da democracia. Eles mobilizaram-se contra o regime não-democrático, atacaram o Programa de Ajustamento Estrutural, que era suposto libertar a economia, os produtores e os investidores locais das mãos sufocadoras do Estado (Boone, 1999:133)³².

Tal como nos ilucidam os autores de “the african state at a critical juncture...” à fragilização do Estado corresponde uma reconfiguração do espaço político, reconfiguração esta entendida no sentido de aparecimento de novos actores políticos e de nascimento e reinvenção das relações de poder entre os diferentes grupos de interesse.

Com efeito, as mudanças sociais e políticas ocorridas na sociedade guineense desde a segunda metade da década de 80 afectaram a posição e o papel dos diferentes actores

³² Do resto, a tensão entre liberalização económica e política está bem documentada na literatura sobre Ajustamento Estrutural em África. Veja por exemplo Bratton e Van de Walle, 1992.

sociais, bem como a relação de forças entre eles. No plano político-social constatamos que a uma classe de Estado formada a seguir à independência se acrescenta um proto-empresariado que, valendo-se do seu crescente peso económico numa era de liberalização, procura também um nicho na sociedade. Os camponeses, embarcados neste jogo sem entenderem exactamente as regras que o orientam - pelo menos as ditadas pelas instituições económicas internacionais - também viram a sua vida transformar-se, para pior segundo alguns e para melhor segundo outros.

A formalização de um novo sistema político em 1991 e as alterações institucionais que se lhe seguiram, iniciaram um processo de criação de condições para uma intervenção política cada vez mais acentuada de outros sujeitos sociais, que até aqui tinham tido pouca visibilidade. Organizações políticas, grupos de interesse organizados e agrupamentos sociais surgem como cogumelos na primavera, povoando os "novos" espaços sociais e políticos.

É no quadro desta (re)configuração do espaço político que vemos os militares desempenharem um papel muito mais activo e muito mais visível, chamando a atenção da sociedade, por vezes de uma forma dramática, para a sua existência. É também nesta conjuntura de emergência de novos actores sociais que se assiste a uma recomposição da elite política e se tornou pertinente a questão da renovação ou não da "velha" classe política.

5. Renovação da elite política

Segundo os teóricos da elite, os processos políticos são marcados, entre outros traços, por uma luta constante entre a elite governante e a elite alternativa. O processo político decorre entre estas duas minorias, sendo portanto fundamental a relação entre estes dois centros de poder. Na sua opinião, é uma dinâmica que não pode ser bloqueada, mesmo nas sociedades autocráticas. Segundo Marques Bessa, as gradações da mudança dependem da habilidade da elite governante em se manter no poder, manutenção que é função do combate mais ou menos vitorioso contra a degradação interna e contra a ameaça proveniente da elite alternativa, ameaça tanto mais significativa quanto mais próxima estiver de conformar uma elite de mérito (Bessa, 1993).

Na opinião deste autor, as respostas lógicas ao problema podem resumir-se às duas vias mencionadas por Aron: absorção e eliminação. Nas sociedades autocráticas e de partido único que predominaram em África desde 1960 até aos finais da década de 80, esta segunda foi a eleita dos políticos. Esta prática, à qual esta associada o uso da violência tal como ela é entendida por Pareto, tende aliás a resistir, inclusivamente após as vagas de democratização³³. Nos sistemas democráticos que a África começou a experimentar de

³³ Segundo Pareto há uma distinção entre violência e força. Esta não se identifica com a brutalidade pura e simples, com a repressão gratuita e sem sentido. A força é a aplicação de meios institucionais na justa medida da sua utilidade e dentro de fins limitados. A violência acompanha frequentemente a debilidade. Ela está ligada ao uso cego, excessivo e frequente da força. Os seus resultados não são encorajadores visto que promovem fins contrários aos desejados (Pareto, *Traité de Sociologie Générale*).

uma maneira maciça a partir dos princípios dos anos 90, esta luta está à partida legitimada pela Lei constitucional e coloca por isso limites a práticas suicidárias.

Mas o nosso autor reconhece igualmente que os sistemas políticos africanos continuam a ser híbridos e por isso as duas vias nem sempre se deixam distinguir nitidamente. A verdade é que em poucos casos se deu a substituição pura e simples da “velha” elite ou a total absorção da “nova” pela “velha” elite política. No caso da Guiné-Bissau, a mudança de uma elite por outra está a passar por um longo e complexo processo de entrada em cena de novos elementos, mas igualmente por alguma integração/assimilação mútua entre os velhos e os novos elementos. Mais do que de uma renovação da elite política, devia-se era falar de uma recomposição da mesma, recomposição esta que, ao mesmo tempo em que engloba a entrada de novos elementos, tolera a manutenção de elementos pertencentes à antiga elite política.

Podemos distinguir contudo dois momentos que marcaram o processo de recomposição da elite política pós-independência na Guiné-Bissau. O primeiro está intimamente ligado e acontece na continuação da liberalização económica e social ocorrida ainda na segunda metade dos anos 80, tendo como um dos momentos mais altos as eleições de 1994. O segundo momento ocorre nos finais da década de 90, como consequência directa dos resultados das eleições de Novembro de 1999.

A nossa hipótese é de que se teria subestimado a capacidade de resistência das forças que impedem esta progressão, ao mesmo tempo em que se sobrestimou o poder de intervenção da sociedade civil e outras forças sociais impulsionadoras destas mudanças. Na esteira desta tensão entre estas duas forças, o papel da elite tem sido fundamental. Puxando as coisas ora para este lado, ora para o outro, este papel tem sido ambíguo, por vezes contraditório e com contornos pouco precisos. A heterogeneidade de interesses no seio desta mesma elite tem sido, aliás, um dos factores que tornou possível a perduração no tempo desta ambiguidade.

Com as eleições de Novembro de 1999, pela primeira vez na história política do país, o PAIGC, partido que dirigiu a Luta pela Independência durante 11 anos e assegurou os destinos da nação durante os primeiros 25 anos de governação pós-independência, viu-se afastado do poder. Os resultados das segundas eleições conferem-lhe o terceiro lugar na corrida aos lugares no parlamento, com 22 deputados. Destes 22 deputados há uma parte que pertence à ala histórica, enquanto que os restantes podem ser considerados como pertencentes à nova elite política. O PAIGC continua a estar presente a nível de alguns órgãos políticos importantes como a presidência da Assembleia Nacional Popular, cujo Primeiro Vice-Presidente é um homem das suas hostes, embora pertença à “nova” classe política. Do actual governo do PRS chegaram a fazer parte dois membros ou ex-militantes do PAIGC, nomeadamente o Ministro da Defesa e o Secretário de Estado do Turismo, sendo o primeiro um histórico do partido.

Embora de orientação política diferente, tanto o Presidente da República quanto o Primeiro Ministro fazem parte de uma nova geração da classe política. Em relação ao executivo, constatamos que o governo que saiu destas eleições começou por ser de base alargada, constituído pelo Partido da Renovação Social (PRS), com uma maioria no parlamento e o Movimento Bafatá, até aí considerado o maior partido da oposição, mas que nas eleições foi segundo classificado. Embora se tenha aberto às outras forças

políticas, este governo limitou drasticamente a participação do ex-partido único no poder a este nível. O governo constituiu-se assim, essencialmente, de políticos sem nenhuma experiência governativa, começando pelo próprio chefe do executivo³⁴.

Por seu turno, os deputados da recém-formada Assembleia, para além de possuírem fracos conhecimentos académicos, são na sua maioria politicamente inexperientes e, por causa destas limitações, dificilmente conseguem acompanhar os “dossiers” e votar em consciência sobre eles. O parlamento carece de reforço da capacidade por forma a desempenhar o controle político sobre o governo e ter capacidade técnica e política para participar na feitura de leis e demais mandatos.

Resumindo, pode-se dizer que com a liberalização económica e social e a consecutiva abertura política, nomeadamente através da realização de duas eleições multipartidárias, tendo a última desembocado numa alternância do poder, abriu-se a possibilidade de um certo rejuvenescimento da elite política, nomeadamente através da consolidação do papel dos partidos políticos na cena política e através das eleições competitivas. Mas este rejuvenescimento não se tem traduzido numa nova forma de fazer política, o que faz com que o processo de constituição desta “nova” elite política seja marcada por um conjunto de características, dentre as quais se poderia destacar as seguintes:

1) Ausência de uma cultura democrática. A falta de interiorização de uma cultura democrática continua a pesar negativamente no relacionamento entre os diferentes sectores e franjas da classe política. O relacionamento dos órgãos da soberania com os partidos da oposição tem sido prejudicado pela ausência de um diálogo construtivo em que prevalecem os interesses da nação em detrimento dos interesses pessoais. A pessoalização das divergências políticas tem sido, aliás, um marco importante do jogo político, predominando mais a acusação mútua do que um debate de ideais. Mudaram-se os actores, mas as práticas continuam a ser as mesmas. Como dizia Daloz, as transições mais ou menos conseguidas em direcção à democracia não mudam grande coisa em matéria de estilo de *leadership*, nomeadamente no que concerne aos imperativos de legitimação. “ L’Afrique noire de la fin des années 1990 abonde en illustrations quant au fait que l’on n’est nullement sorti de la “ quête bigmanique”: c’est-à-dire de prédatons incessantes non seulement pour s’enrichir, mais encore pour se doter des possibilités de réciprocité asymétrique qui sont au fondement de la notoriété et du pouvoir” (Daloz, 1999: 25).

No fundo, a instauração de uma prática democrática consequente tarda a chegar. O exemplo mais caricato deste estado de coisas aconteceu entre o Presidente da República e alguns partidos da oposição em Julho de 2000, com o Presidente a acusar os políticos da oposição de “políticos frustrados, parasitas, sanguessugas, mercenários e descontrolados”³⁵, tendo mesmo ameaçado proibir um deles. Houve inclusivamente

³⁴ Magistrado de carreira e ex-Adjunto do Inspector Superior Contra a Corrupção, o actual chefe do governo tinha-se estreado recentemente, em Fevereiro de 1999, nas funções políticas como Ministro da Administração Interna do Governo de Unidade Nacional (Banobero, 21.02.00)

³⁵ Cf. Banobero, 24.07.00, p. 5

ameaças de prisão e espancamento a dirigentes da oposição em reuniões institucionais ou, mais recentemente, a troca de palavras entre um ex-Primeiro Ministro e o porta-voz do governo, que acusou aquele de demente mental é outro exemplo da manutenção de uma prática política longe de consubstanciar uma situação de plena democracia. A prisão ilegal de jornalistas e dirigentes partidários fazem igualmente parte do registo de actos ilegais cometidos pelo governo “democraticamente” eleito.

2) Os próprios líderes políticos ainda não interiorizaram os valores democráticos. Para além de muitos partidos da oposição se resumirem ao seu líder, sem uma base social significativa, a democracia interna só funciona no sentido do respeito escrupuloso do que o líder diz e decide. A voz dos restantes membros do partido pouco conta. As estruturas e instâncias do partido funcionam com muita deficiência. A luta pelo poder é confundida com a luta entre líderes políticos, num claro sinal de luta pelo protagonismo. No seio do PRS, a voz e as opiniões do líder são inquestionáveis.

Esta luta pelo protagonismo é levada ao último extremo na luta entre facções dentro do mesmo partido, o que não tem deixado de prejudicar o exercício de uma oposição consequente. O exemplo mais dramático são as lutas internas no seio do maior Partido da oposição, o Movimento Bafatá. Durante alguns tempo foi a luta entre o Presidente fundador e o Secretário Geral. Mais tarde, a luta foi entre este e um dos apoiantes do Presidente demissionário que acabou por originar a intervenção do Supremo Tribunal de Justiça, dando razão àquele que entretanto se tornou líder do Movimento Bafatá. A candidatura forçada de um destes líderes às eleições de 1999 foi uma consequência destas querelas internas³⁶. As querelas interpartidárias tinham atingido o seu ponto máximo no III Congresso do partido, realizado a 28 de Agosto de 1999. Este facto prejudicou enormemente a imagem deste partido perante as suas bases.

As dissidências que desenbocam na criação de novos partidos são frequentes. Recentemente, a mais grave dissidência no seio do Movimento Bafatá culminou com a criação do Partido Social Democrata.

Mesmo o partido mais antigo não foi poupado pelas guerras internas. No seio do PAIGC existiram duas alas ou sensibilidades, os “Renovadores” e os “Firkidja”, tendo estes últimos a uma dada altura advogado a continuidade de Nino na liderança do partido. Segundo o Secretário Permanente do partido na altura, o Firkidja não é sensibilidade, mas sim uma organização que apoia as estruturas partidárias, diferenciando-se deste modo dos renovadores³⁷. Para ele “o comportamento dos renovadores é mais do que uma

³⁶ Entretanto, no dia 29 de Janeiro, o Conselho Nacional da RGB decidiu suspender o ex-presidente Domingos Fernandes e Salvador Tchongo de todas as actividades do partido, tendo recomendado ao Conselho de Jurisdição Nacional a instauração de um processo disciplinar contra todos os que estiveram ao lado dos mesmos. (Cf. *BANOBERO*, 4 de Fevereiro de 2000). Um dia após a divulgação deste comunicado, numa carta aberta, os dois ex-dirigentes acusavam o actual líder, Helder Vaz, de estar frustrado por não ter conseguido fazer-se eleger como Presidente da Assembleia Nacional Popular, cargo a que alegadamente aspirava.

³⁷ Cf. *BANOBERO*, 8 de Abril de 1999.

sensibilidade. Eles saem à rua para insultarem o Presidente do partido, dizendo que ele é criminoso, é corrupto, etc. Isto quer dizer oposição”³⁸.

A concertação tem sido muito efémera. A última que se registou foi entre oito partidos, que na altura se encontravam na oposição, o Grupo de Concertação. Mas as divergências rapidamente vieram ao de cima, com cinco partidos a contestar a pertença do PCD ao grupo, alegando que o líder deste teria sido favorável à presença de tropas estrangeiras no país, aquando do conflito armado de 7 de Junho³⁹. O Fórum da Oposição é uma estrutura de concertação que insiste em ultrapassar as divergências entre partidos da oposição e declara como um dos seus objectivos a criação de um espaço de concertação e de salvaguarda da situação de crise em que se encontra o país.

3) O diálogo intra-partidário é dificultado pela ausência e/ou pouca internalização de uma ideologia e de programas políticos coerentes. Esta constatação revelou-se como válida, não só em relação aos partidos, como em relação aos que pretendem ascender ao cargo de Presidente da República. Salvo raras excepções, os candidatos às eleições de Novembro de 1999 não apresentaram nenhum Programa político. O candidato favorito decepcionou o eleitorado mais esclarecido ao não ter conseguido apresentar, num debate televisivo com o segundo candidato à segunda volta, um programa político. Este facto poderá estar na origem da grande percentagem de abstenção que se verificou na segunda volta do sufrágio presidencial de Janeiro de 2000.

A base social dos partidos é de difícil identificação. O PAIGC tem os camponeses por sua base social, mas recruta os seus militantes igualmente a partir de outras camadas como os assalariados urbanos. Numa amostra retirada a partir dos delegados ao III Congresso extraordinário deste partido, que teve lugar em Maio de 1998, podemos constatar que 10% eram camponeses, 9,7% assalariados, 73% com formação média e superior, enquanto que 0,3% era estudante⁴⁰

Embora não se disponha de estatísticas completas em relação ao assunto, parece haver uma clara tendência para a elevação do nível cultural e educacional e, simultaneamente, para um “rejuvenescimento” dos membros da classe política.

Em conclusão, podemos dizer que a recomposição dos actores políticos e a diversificação das trajectórias seguidas não provocaram uma verdadeira renovação da elite, nem na sua composição social, nem no seu comportamento. Observamos uma permanência e até uma exacerbação de certas práticas políticas, ligadas aos mecanismos de legitimação e das modalidades de representação política, com a predação e a corrupção, a ponto de devermos perguntar a quem serve a democracia. Outro modo de colocara a questão é se

³⁸ Cf. Medina, P., em entrevista ao BANOBERO, 16 de Março, 1999, p. 9, ver também BANOBERO de 25 de Janeiro de 1999, p. 12, e o de 11 e Janeiro de 1999, p. 5.).

³⁹ Cf. BANOBERO, 8 de Abril de 1999, p. 10.

⁴⁰ Cf. BANOBERO, 9 de Setembro 1999, p. 12.

esta renovação é uma condição imperiosa ao processo de transição política e para a consolidação da democracia?

BIBLIOGRAFIA

- Bakary, T. D.**, *Les Elites Africaines au Pou'voir (problématique, méthodologie, état des travaux)*, Bibliographie du Centre d'Etude d'Afrique Noir, No.2/3, 1990.
- Bessa, A. M.**, *Quem Governa? Uma Análise Histórico-Política do Tema do Elite*, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, Lisboa, 1993.
- Blanchet, G.**, *Elites et changements en Afrique et au Senegal*, ORSTOM Paris, 1983.
- Brooks, G.** : Historical Perspectives on the Guinea-Bissau Region, Fifteenth to Nineteenth Centuries, In Vice-Almirante ^a Teixeira da Mota, In memoriam, Academia de Marinha, IICT, Lisboa, 1987, 277-304.
- Carrilho, M.**, *Forças Armadas e Mudança Política em Portugal no Sec. XX. Para uma explicação sociológica do papel dos militares*, Estudos gerais Série Universitaria, Lisboa, 1985.
- Costa Dias, E.**, "A Balantização da Guiné-Bissau", *Público*, 16.02.00.
- Daloz, J.-P. e Quantin, P.** (edts), *Transitions démocratiques africaines. Dynamiques et contraintes (1990-1994)*, Karthala (Paris), 1997.
- Daloz, J.-P.** (sous la direction de), *Le (non-) renouvellement des elites en Afrique subsaharienne*, Centre d'Etude d'Afrique Noir, 1999.
- Diouf, Mamadou & Diop, M.-C.**, *Les figures du politique en Afrique. Des pouvoirs hérités aux pouvoirs élus*, CODESRIA/Karthala, Dakar/Paris, 1999.
- Liberalisations politiques ou transitions démocratiques: Perspectives africaines*, CODESRIA, Nouvelles pistes, No. 1-1998.
- Diouf, Makhtar**, "Elites africaines, aliénation culturelle et sous-développement", *Afrique 2000*, février 94.
- Gaillard, G.**, "Guinée-Bissau: un pas douloureux vers la démocratie", *Afrique contemporaine*, No.19 ç, juillet-septembre 1999, pp.43-57.
- Guy.**, *Les desencantements de la liberté, la sortie des dictatures dans les années 1990*, Paris, Fayard, 1993.
- Ihonvbere, J.**, "Is democracy possible in Africa? The elites, the people and civil society", *Quest*, Vol. VI, No.2, December 1992, pp.85-108.
- Lasswell, H. M.** et al, *The comparative study of elites*, The Hoover Institute, Stanford University Press, Stanford, 1952.
- Lopes, C.**, *Etnia, Estado e Relações de Poder na Guiné-Bissau*, Edições 70, Lisboa, 1982.
- Koudawo, F.**, "Guiné na rema, Bissau na djungu (I)", *BANOBERO* (Bissau), 4.10.00.
- Mbembe, A.**, "Esboços de uma democracia a africana", In *Le Monde Diplomatique*, (edicao portuguesa), Outubro 2000, Ano 2, No.19, pp.16-17.
- Messiant, C.**, A propos des "transitions démocratiques". Notes comparatives et préalables a l'analyse du cas angolais", *Africana Studia* (Porto), No.2, 1999, pp.61-96.
- Ostheimer, A.**, *Demokratisierungsprozesse in den lusophonen Staaten Afrikas*, Institut für Afrika-Kunde (Hamburg), 1999.

Schraeder, P., "Political Elites and the Process of Democratisation in Africa", In *The democratisation of disempowerment. The Problem Of Democracy in the Third World*, Edited by Jochen Hippler, Pluto Press, Padsttow, 1995

- "Elites as Facilitators or Impediments to Political Development? Sonic Lessons from the "Third Wave" of Democratization in Africa", *The Journal of Developing Areas*, 29 (October 1994), pp.69-90.

Stepan, A., *Rethinking military politics. Brazil and Southern Cone*, Princeton, Princeton Univ. Press, 1988.

Wamba-dia-Wamba, "Beyond elite politics of democracy in Africa", *Quest*, Vol. VI, No.1, June 1992, pp.29-42.

Weber, M., *Economie et société*, Paris, PLON, 1971.